

Reivindicamos recuperação salarial! A Universidade não pode continuar a ser financiada pelos salários

1. Salários e Inflação

A tabela 1 contém os seguintes dados referentes ao mês de janeiro de 2026:

1. a inflação mensal;
2. o poder aquisitivo referente a maio de 2012, aqui denominado salário real (SR);
3. os reajustes necessários para restaurar o poder de compra de 1º de maio de 2012;
4. a quantidade de salários não recebidos desde maio de 2012 (incluindo os décimos terceiros), com o mesmo poder de compra de 1º de maio de 2012.

O reajuste de 13,48%, destacado na terceira coluna da tabela, é uma das demandas da nossa negociação salarial.

Tabela 1 - Inflação mensal e acumulada, reajuste necessário para recuperar o poder aquisitivo de maio/12 e massa salarial perdida desde maio/12

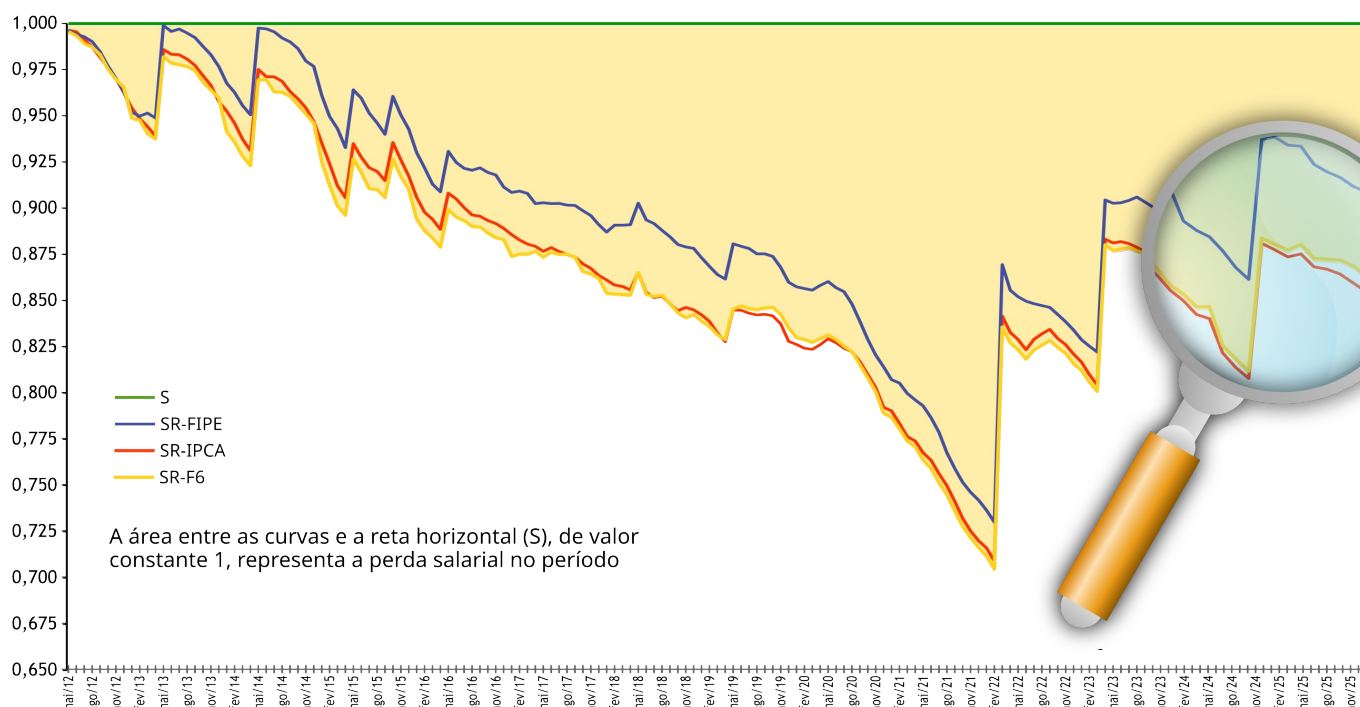
	IPCA (janeiro/26)	IPC-FIPE (janeiro/26)	Fórum das Seis¹ (janeiro/26)
Índice	0,33%	0,21%	0,39%
SR	87,60%	90,88%	88,12%
Reajuste*	14,16%	10,04%	13,48%
Salários não pagos	22,5	18,1	22,9

1) ICV-Dieese até fev/20 e INPC após esta data

* Para recuperar o poder aquisitivo de 1º de maio de 2012

O gráfico abaixo ilustra a nossa perda salarial, atualizando o boletim anterior. A linha horizontal indica o valor do salário (normalizado com valor 1) se tivesse sido reajustado de acordo com a inflação, desde maio de 2012.

Gráfico 1 - Perdas salariais entre maio/2012 e janeiro/2026



2. Base de Cálculo

Na cartilha² *Financiamento das Universidades Estaduais e Data Base 2022*, é explicado que o percentual de 9,57% relativo ao ICMS-QPE não incide sobre o montante total, mas sim sobre um valor que já sofreu consideráveis deduções, incluindo aquelas destinadas a programas de habitação e partes da dívida ativa, entre outros. Cabe destacar que esses descontos não são aplicados aos municípios, prejudicando o tratamento dado às universidades. Consequentemente, passamos a nos referir a essa quantia sobre a qual o repasse de 9,57% para as universidades é calculado como a “Base de Cálculo das Estaduais Paulistas (BCEP)”. É importante enfatizar que temos há muito tempo pleiteado a cessação desses descontos indevidos.

3. Valores indevidamente omitidos da BCEP

Os valores que são usual e indevidamente omitidos da BCEP podem ser encontrados na tabela ao lado.

Lembramos que, a partir do segundo semestre de 2022 até abril de 2023, devido à LC 194 e à EC 123 (ambas de 2022), outras quantias significativas foram retiradas da BCEP: ressarcimentos por perda de arrecadação de ICMS devidos à Ação Cível Originária (ACO) 3.950 e a aplicação do inciso V, artigo 5º da EC 123/22. **Registre-se que os municípios receberam a sua parte.**

Entre agosto de 2022 e abril de 2023, foram subtraídos da BCEP

$$5.595.271.000 \text{ (ACO3950)} + 1.438.481.101 \text{ (EC123)} = 7.033.952.101$$

isto é, R\$ 7,034 bilhões!

A planilha da Secretaria da Fazenda e Planejamento, atualizada em 20/2/2026, fornece as seguintes informações:

1. A BCEP em janeiro de 2026 foi de R\$14.438.235.938,47 que é 1,8% maior do que a de janeiro de 2025 (R\$14.184.013.412,36).

Tabela 2 - Valores indevidamente omitidos da BCEP

Valores mensais e acumulados	Valor indevidamente omitido (I)	Valor perdido pelas estaduais (II)
janeiro/26	229.528.023,39	21.965.831,84

Nota: (II) = 0,0957 x (I)

Com isso, as universidades deixaram de receber:
 $0,0957 \times 7.033,95 = \text{R\$ } 673,15 \text{ milhões.}$

Para mais detalhes, consulte o *boletim do GT Verbas de junho de 2023*.

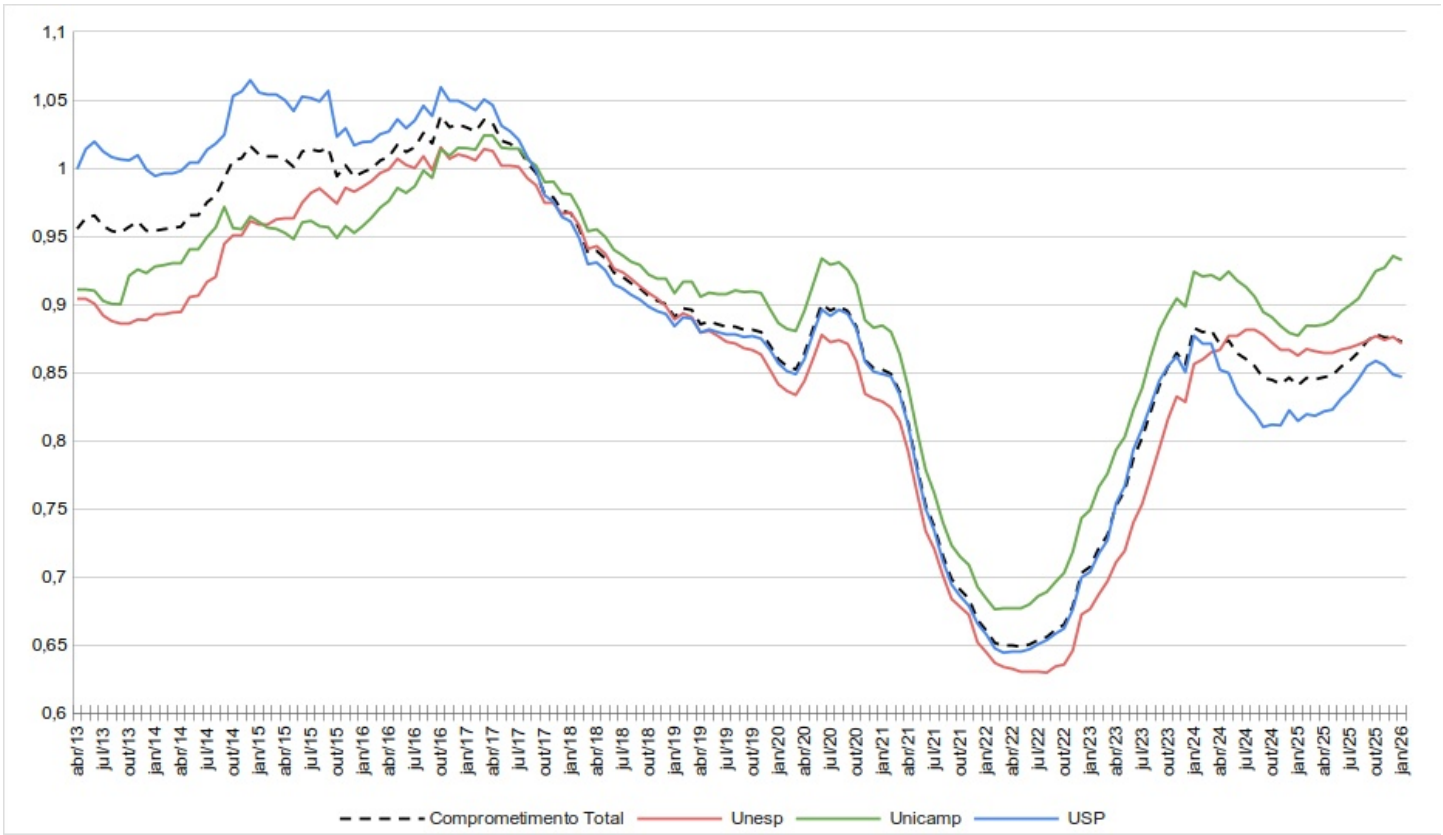
² A cartilha pode ser encontrada no site da Adusp: <https://adusp.org.br/wp-content/uploads/2022/05/verbas.pdf>

4. Comprometimento com folha de pagamento

A planilha CRUESP de fevereiro de 2026 fornece as informações do comprometimento com folha de pagamento até o mês de janeiro de 2026 (<https://sites.usp.br/codage/gestao-orcamentaria/planilha-cruesp/>). Apresentamos na tabela 3 sua média móvel em 12 meses, conforme temos feito nos últimos boletins.

A evolução da média móvel do comprometimento com salários entre maio de 2012 e janeiro de 2026 pode ser vista no gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Comprometimento com folha de pagamento
Média móvel de 12 meses



Temos usado a média móvel dos últimos 12 meses para evitar interpretações distorcidas causadas por alterações pontuais no valor do comprometimento acumulado, que sempre acontecem nos primeiros meses do ano (em particular quando o governo superestima ou subestima a arrecadação desses meses).

Cabe lembrar que o **comprometimento da UNICAMP e da USP são sistematicamente superestimados** porque, diferentemente da UNESP, elas consideram indevidamente os auxílios (vales alimentação, refeição e, no caso da Unicamp e da USP, também o auxílio saúde e, no caso da USP, os prêmios) para o cálculo. Os vales alimentação e refeição somados correspondem em média a 6% e 7% da folha de pagamento da Unicamp e da USP, respectivamente. Além disso, os prêmios concedidos às e aos servidores da USP nos últimos 3 meses do ano passado correspondem a 2% da média móvel da folha de pagamento. A tabela ao lado apresenta os comprometimentos expurgados dos valores dos vales da Unicamp e da USP. Os valores ao lado continuam superestimados para a Unicamp e a USP pois ainda incluem os valores dos auxílios saúde, que, em particular, não são divulgados no caso da USP.

Tabela 3 - Média móvel do comprometimento dos últimos 12 meses

UNESP	UNICAMP	USP	Total
87,13%	93,25%	84,68%	87,24%

Tabela 4 - Média móvel do comprometimento dos últimos 12 meses *sem os vales*

UNESP	UNICAMP	USP	Total
87,67%	87,65%	79,60%	83,30%

5. Permanência Estudantil

A proposta de distribuição orçamentária da USP para 2025 destina **R\$207,03 milhões** à alínea “Política de Apoio à Permanência e Formação Estudantil”, que consiste integralmente em programas de bolsas e auxílios. Além disso, há um montante de **R\$74,49 milhões** reservado para o restaurante universitário, incluído na categoria de “Atividades Integradas”.

Na UNICAMP, a rubrica “Assistência e Permanência Estudantil” totaliza **R\$159,15 milhões**, abrangendo diversos auxílios, incluindo o subsídio para alimentação, que corresponde a **R\$37,13 milhões**.

A UNESP, por sua vez, destina **R\$90,77 milhões** ao “Programa Permanência Estudantil” e **R\$27,00 milhões** ao “Programa Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável”.

A tabela abaixo sintetiza a proporção estimada de gastos com alimentação e outros aspectos da permanência estudantil em relação às receitas totais nas três universidades em 2025:

Tabela 5 - Proporção de gastos com permanência estudantil em relação às receitas totais das universidades estaduais

	UNESP	UNICAMP	USP
Alimentação	0,57%	0,76%	0,73%
Outros gastos com permanência	1,93%	2,49%	2,04%
Total	2,51%	3,25%	2,77%